



“O país atravessa um momento grave”

A posse do advogado Paulo Marcondes Brincas como novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina (OAB-SC), na última quinta-feira (25), foi marcada por um discurso enfático contra a corrupção. “Temos que passar o Brasil a limpo, fazer uma faxina. Isso pode ser feito dentro das regras constitucionais”, defendeu. Na prática, Brincas começou o mandato de três anos na OAB-SC, hoje com 44 mil advogados inscritos, no início do ano. A presidência era um caminho natural para quem já tem longa ficha de serviços prestados à Ordem - onde ocupou diversos cargos de direção, coordenou a Comissão Nacional do Jovem Advogado e presidiu a Caixa de Assistência dos Advogados (Caasc). É especialista em Direito Comercial e mestre em Direito Empresarial. Por mais de dez anos foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Sistema Fundação Getúlio Vargas (FGV) e também das Escolas Superiores das Magistraturas Estadual, Federal e do Trabalho, Escola de Aperfeiçoamento do Ministério Público (MPSC) e da Escola Superior de Advocacia de Santa Catarina (ESA). Ele concedeu essa entrevista exclusiva à **Coluna Pelo Estado** na véspera do ato solene de posse.

[PeloEstado] - Uma de suas metas é contribuir com o governo do Estado para o desenvolvimento de um novo modelo de Assistência Judiciária. Qual o motivo? E qual a estratégia?

Paulo Brincas - Há uns dois ou três anos vigorava em Santa Catarina o sistema de Defensoria Dativa. Éramos cerca de nove mil advogados prestando serviços no estado inteiro para a população carente. A Constituição Federal assegura às pessoas que não têm condições de pagar um advogado, e um advogado é necessário para ter acesso à Justiça, que o Estado pague esse profissional. Então, os advogados privados prestavam o serviço e depois eram pagos pelo Estado. Esse sistema foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que mandou criar a Defensoria Pública, que passou a responder por esse atendimento à população carente. A grande diferença é que antes eram nove mil advogados prestando esse serviço em todas as regiões catarinenses e passamos para 120 defensores públicos que, por mais abnegados que sejam, não têm como dar conta da demanda. Só para se ter uma ideia, mais da metade do Poder Judiciário do Estado era com Defensoria Dativa. Em cidades pequenas, quase 100% do movimento do Fórum era da Defensoria Dativa. Ou seja, não tem como concentrar todo esse absurdo volume nas mãos de 120 pessoas. É impossível.

[PE] - Pode-se dizer que a população está desassistida?

Brincas - Não, porque os juízes continuam nomeando os advogados e estes continuam fazendo esse serviço. E se não fosse assim o Estado entraria em colapso, porque a população precisa des-

se atendimento. O problema é que os juízes fixam o valor dos honorários sem uma regra, sem uma lei, com critérios pessoais. Às vezes os valores são altos demais, outras vezes são baixos. Da mesma maneira não há um critério para a escolha dos advogados, quando antes tínhamos um sistema de rodízio. Tudo isso desapareceu. O próprio governador Raimundo Colombo está interessado em resolver isso. Ele é favorável à ideia de reconstruir um convênio para que a Defensoria Pública faça um cadastramento dos advogados do interior do estado para que eles possam prestar serviço sob uma regulamentação. Antes, o convênio era da OAB-SC com o governo do Estado. Nossa proposta para esse novo momento é que seja um entendimento da Defensoria diretamente com os advogados. A OAB-SC só vai ajudar a construir a solução, sem mais participar da operação.

[PE] - Seu discurso de posse foi bastante enfático no que diz respeito à corrupção. Será uma das preocupações de seu mandato?

Brincas - O país atravessa um momento grave. Abriu-se um fosso gigantesco, um abismo entre a expectativa da população em relação à atividade e à própria prática política no Brasil. A OAB tem trabalhado para reconstruir essa confiança e já tivemos alguns avanços, como a proibição de doação de empresas para campanhas eleitorais. Em nosso entender, isso não é contribuição coisa nenhuma! É, isso sim, adiantamento de contratos futuros e sobre os quais se cobram juros altíssimos e outras vantagens. Conseguimos que o Supremo Tribunal Federal declarasse essa prática inconstitucio-

nal. Agora pretendemos começar uma campanha complementar. Tirar o financiamento empresarial das campanhas é dar um tiro no motor da corrupção. Só que há o risco de jogar para a informalidade, ou seja, o caixa dois, contribuições empresariais não declaradas. Por isso nosso próximo passo é obter a criminalização do caixa dois. É um movimento nacional em parceria com o Conselho Federal da OAB. Em Santa Catarina a ideia é integrar os movimentos de outras instituições, entidades empresariais, sindicatos, Maçonaria, para encorpar mais esse pedido de ética nas relações políticas.

[PE] - O senhor também falou da necessidade de fiscalizar e defender as prerrogativas dos advogados. Fale sobre isso.

Brincas - Nos últimos três anos, tivemos uma OAB extremamente zelosa por algo que os advogados consideram importantíssimo, que é a questão das prerrogativas profissionais. São essas prerrogativas que garantem nosso trabalho como advogados e por isso são essenciais. O Tullio Cavallazzi, nosso presidente anterior, fez uma revolução nessa área quando criou a Procuradoria de Prerrogativas, um órgão da OAB-SC que identifica violações. Já existem profissionais contratados pela Ordem atendendo os advogados que sofrem violações. Nossa ideia é ampliar esse trabalho e ter o maior grau possível de proteção ao advogado. Mas sabemos que a única forma realmente eficiente de proteger prerrogativas é o Congresso Nacional criminalizar as violações. Na prática, as prerrogativas não são dos advogados, mas de seus clientes. É o direito de um preso falar com um advogado, por

exemplo. Quando a pessoa é presa, está sob a responsabilidade do Estado e tem o direito que alguém venha ver se está bem, se sua integridade física foi preservada ou se foi torturada. Todas as nossas prerrogativas estão listadas no artigo sétimo do Estatuto da Advocacia.

[PE] - De que forma pretende conduzir a maior participação da OAB-SC nos assuntos de interesse dos catarinenses?

Brincas - Estamos atentos a demandas importantes. Recentemente, fizemos uma Ação Civil Pública contra o aumento da tarifa de água e esgoto de Itapema. Devemos fazer o mesmo para atender pedido de Palhoça. São postulações da cidadania e por isso queremos ampliar.

[PE] - Há planos para o interior de Santa Catarina?

Brincas - A OAB está estruturada em nível federal, no Conselho Federal, em Brasília, em nível estadual e, no interior, em subseções. A OAB de Santa Catarina tem 44 subseções, cada uma com seu presidente, que reúne no Colégio de Presidentes. Considero esse órgão de vital importância dentro do sistema OAB, porque é ele que nos traz as demandas das comunidades. É possível que haja um aumento no número de subseções, mas isso gera custo e temos que ter muito cuidado. Não costumamos lançar subseções em locais com menos de cem advogados, a não ser que haja uma justificativa. É o caso de São Lourenço do Oeste, que está ligado a Chapecó. Mas são 120 quilômetros de distância e de uma estrada perigosa. Por isso, embora lá não tenha cem advogados, abriremos uma subseção da OAB em São Lourenço

do Oeste. Os municípios de Maravilha, Orleans, Sombrio e Turvo estão pedindo a abertura de subseções. Vamos analisar todos os pedidos.

[PE] - Como deve ser seu relacionamento institucional com os poderes?

Brincas - Parceria e independência. Duas palavras que considero fundamentais no relacionamento institucional. O poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário precisam nos perceber como parceiros, mas independentes. Ou seja, se for necessário, vamos botar a boca no trombone e denunciar à imprensa o que entendermos ser irregular. Que não restem dúvidas sobre isso. E temos uma promessa de campanha importante. Em nosso ver, não há ninguém no estado que tenha uma visão melhor do Poder Judiciário, ou mais privilegiada, do que a que nós, advogados, temos. Estamos nas entranhas do Judiciário no estado inteiro. Com base nisso, vamos reunir o Colégio de Presidentes para desenhar um mapa do funcionamento do poder em Santa Catarina, identificando o que está ruim, o que deve melhorar e o que está bom. Faremos propostas concretas para a melhoria. Já conversei sobre isso com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques. Vamos ver o que é possível fazer dentro do orçamento. O objetivo de todos é o mesmo: que o cidadão catarinense tenha um serviço judiciário de qualidade. Só precisamos nos acertar... Judiciário, Ministério Público, OAB precisam conversar e desenvolver um projeto de administração eficiente, para sabe onde estamos, onde queremos chegar e qual o caminho a ser trilhado até lá.